



**Estatística & Informações**  
*Demografia e Indicadores Sociais*

3

# Déficit Habitacional no Brasil

---

## Resultados preliminares - 2015

Belo Horizonte | 2017



Governador do Estado de Minas Gerais  
Fernando Damata Pimentel

Secretario de Estado de Planejamento e Gestão  
Helvécio Miranda Magalhães Júnior

#### FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP

##### Presidente

Roberto do Nascimento Rodrigues

##### Vice-presidente

Daniel Lisbeni Marra Fonseca

##### Diretoria de Estatística e Informações

Júnia Santa Rosa

##### Diretoria de Cultura, Turismo e Economia Criativa

Bernardo Novais da Mata Machado

##### Diretoria de Informação Territorial e Geoplataformas

Daniel Lisbeni Marra Fonseca

##### Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças

Josiane Vidal Vimieiro

##### Diretoria de Políticas Públicas

Ana Paula Salej Gomes

##### Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Letícia Godinho de Souza

---

#### UNIDADE RESPONSÁVEL

##### DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (DIREI)

Júnia Santa Rosa (Diretora)

##### Coordenação das Estatísticas Demográficas

Denise Helena Franca Marques Maia

##### Equipe técnica

###### Elaboração

Raquel de Mattos Viana (Coord.)

Luiza de Marillac de Souza

###### Produção editorial

Caio César Soares Gonçalves

João Bosco Assunção

###### Núcleo de editoração

Agda Mendonça

Ana Paula da Silva

Helena Schirm

Marília Andrade Ayres Frade

###### Capa

Bárbara Andrade Corrêa da Silva



DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (DIREI)  
COORDENAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Estatística & Informações

3

DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL 2015

RESULTADOS PRELIMINARES

Belo Horizonte

2017

CONTATOS E INFORMAÇÕES  
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (DIREI)  
Alameda das Acácias, 70 –  
Bairro São Luís/Pampulha  
CEP: 31275-150 - Belo Horizonte - Minas Gerais  
Telefones: (31) 3448-9550 e 3448-9580  
www.fjp.mg.gov.br  
e-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br

**Estatística & Informações** divulga estudos de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. A série está subdividida em dois grupos: o primeiro Indicadores Econômicos e o segundo Demografia e Indicadores Sociais.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, por qualquer meio, desde que citada a fonte.

Sinais convencionais utilizados:

- = Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
- .. = Não se aplica dado numérico.
- ... = Dado numérico não disponível.
- 0,0 = Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo
- 0,0 = Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo

D313 Déficit habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares / Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte : FJP, 2017.

20 p. – (Estatística & Informações ; n. 3)  
Inclui bibliografia.

1. Habitação – Brasil – 2015. 2. Habitação – estatística. I. Fundação João Pinheiro. Diretoria de Estatística e Informações. II. Série.

CDU 333.32 (81) “2015”

## SUMÁRIO

|                              |    |
|------------------------------|----|
| APRESENTAÇÃO .....           | 7  |
| 1 INTRODUÇÃO .....           | 9  |
| 2 METODOLOGIA .....          | 10 |
| 3 RESULTADOS .....           | 13 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... | 19 |
| REFERÊNCIAS .....            | 20 |



---

## **APRESENTAÇÃO**

A série “Estatística & Informações” divulga os estudos produzidos pela Diretoria de Estatística e Informações (DIREI), da Fundação João Pinheiro (FJP), em seus mais diversos recortes ao tratar dos indicadores econômicos, demográficos e sociais. Em sua edição número 3 apresenta o estudo Déficit Habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares.





---

## 1 INTRODUÇÃO

A série de estudos denominada Déficit Habitacional no Brasil, considerada referência entre os estudiosos da questão habitacional e adotada oficialmente pelo governo federal, foi criada em 1995, pela Fundação João Pinheiro (FJP), com o objetivo de desenvolver uma metodologia que fosse clara e o mais fiel possível à realidade habitacional do país. Desde então, ela tem sido utilizada por diferentes esferas de governo, pesquisadores e pela sociedade civil em geral como instrumento útil nas discussões e na elaboração de políticas públicas relacionadas à habitação.

Sua metodologia vem sofrendo alterações ao longo do tempo com o intuito de incorporar críticas e sugestões pertinentes, sempre levando em conta tanto sua viabilidade técnica – em função das fontes de dados disponíveis – quanto sua real contribuição para a obtenção de resultados mais fidedignos.

Dando sequência à proposta de atualização dos resultados, esta nota técnica tem por objetivo apresentar os resultados preliminares do déficit habitacional no Brasil relativo ao ano 2015. Os dados utilizados foram retirados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

---

## 2 METODOLOGIA

A partir do conceito mais amplo de necessidades habitacionais, a metodologia desenvolvida pela FJP trabalha com dois segmentos distintos: o déficit habitacional e a inadequação de moradias. Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento. A inadequação de moradias, por outro lado, reflete problemas na qualidade de vida dos moradores: não está relacionada ao dimensionamento do estoque de habitações e sim às suas especificidades internas. Seu dimensionamento visa o delineamento de políticas complementares à construção de moradias, voltadas para a melhoria dos domicílios.

O déficit habitacional é calculado como a soma de quatro componentes: (a) domicílios precários; (b) coabitação familiar; (c) ônus excessivo com aluguel urbano; e (d) adensamento excessivo de domicílios alugados. Os componentes são calculados de forma sequencial, em que a verificação de um critério está condicionada à não ocorrência dos critérios anteriores. A forma de cálculo garante que não há dupla contagem de domicílios, exceto pela coexistência de algum dos critérios e uma ou mais famílias conviventes secundárias que desejem constituir novo domicílio.

O primeiro componente, habitações precárias, considera no seu cálculo dois subcomponentes: os domicílios rústicos e os domicílios improvisados. Os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Em decorrência das suas condições de insalubridade, esse tipo de edificação proporciona desconforto e traz risco de contaminação por doenças. Já os domicílios improvisados englobam todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, carcaças de carros abandonados, barcos e cavernas, entre outros), o que indica claramente a carência de novas unidades domiciliares.

O segundo componente, coabitação familiar, também é composto por dois subcomponentes: os cômodos e as famílias conviventes secundárias que desejam constituir novo domicílio. Os cômodos foram incluídos no déficit habitacional porque esse tipo de moradia mascara a situação real de coabitação, uma vez que os domicílios são formalmente distintos. Segundo a definição do IBGE, os cômodos são domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça de porco e outros. O segundo subcomponente diz respeito às famílias secundárias que dividem a moradia com a família principal e desejam constituir novo domicílio.

O terceiro componente do déficit habitacional é o ônus excessivo com aluguel urbano. Ele corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel.

O quarto e último componente é o adensamento excessivo em domicílios alugados que corresponde aos domicílios alugados com um número médio superior a três moradores por dormitório.

O Quadro 1 apresenta uma síntese da metodologia.

Quadro 1: Metodologia de cálculo do déficit habitacional – Brasil – 2015

| ESPECIFICAÇÃO        | COMPONENTES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Déficit habitacional | <ul style="list-style-type: none"> <li>(1) Habitações precárias <ul style="list-style-type: none"> <li>(1.1) Domicílios rústicos</li> <li>(1.2) Domicílios improvisados</li> </ul> </li> <li>(2) Coabitação familiar <ul style="list-style-type: none"> <li>(2.1) Cômodos alugados, cedidos e próprios</li> <li>(2.2) Famílias conviventes secundárias com intenção de constituir domicílio exclusivo</li> </ul> </li> <li>(3) Ônus excessivo com aluguel urbano</li> <li>(4) Adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados</li> </ul> |

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI).

A metodologia adotada neste estudo sofreu pequenas modificações em relação aos últimos volumes da série (2009; 2011-2012 e 2013-2014) decorrentes da exclusão, na PNAD 2015, de duas variáveis importantes para o cálculo do déficit habitacional, em especial do componente coabitação. As variáveis suprimidas da pesquisa domiciliar são as variáveis V0410 e V0409 do arquivo de pessoas, que retratam o desejo da família secundária convivente constituir novo domicílio e o motivo que levou a família a viver em coabitação. Essas variáveis, introduzidas no questionário da PNAD 2007, representaram um ganho qualitativo para pesquisa e foram alvo de longo debate entre os especialistas da área da habitação e demografia. A partir de 2007, foi possível verificar que muitas das famílias que viviam em situação de coabitação não desejavam constituir novo domicílio e a convivência domiciliar compartilhada representava, muitas vezes, estratégias de sobrevivência e cuidado que extrapolavam a questão meramente financeira. Essa constatação permitiu aprimorar o cálculo do componente coabitação familiar, que passou a considerar apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio como déficit habitacional, eliminando desta forma uma possível sobrestimação do componente.

Em uma primeira tentativa de contornar a ausência destas informações, adotou-se como proxy da variável V0410 o percentual verificado e aplicado na PNAD 2014. Essa decisão tomou como base o fato de que o percentual de famílias secundárias conviventes que desejam constituir novo domicílio não sofreu grande alteração, para o nível do Brasil, nos últimos anos (2007 a 2014), com exceção de 2010 que também não levantou esta informação.



### 3 RESULTADOS

A seguir são apresentadas as estimativas preliminares do déficit habitacional no Brasil para o ano 2015. O comportamento dos resultados será descrito considerando o déficit total e seu percentual em relação aos domicílios particulares permanentes e improvisados, os componentes do déficit segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas.

Os primeiros resultados mostram que o déficit habitacional, em 2015, corresponde a 6.186.503 milhões de domicílios, o que representa 9,3% dos domicílios particulares permanentes e improvisados (tab. 1).

Entre as regiões com o maior déficit habitacional absoluto destacam-se o Sudeste e o Nordeste com, respectivamente, 2,430 e 1,924 milhões de moradias em 2015. Em seguida, vêm as regiões Norte com 627 mil, Sul com 697 mil, e Centro-Oeste com 506 mil domicílios (tab. 1). Embora a maior concentração absoluta do déficit habitacional esteja localizada nas regiões Sudeste e Nordeste, o maior percentual do déficit relativo concentra-se na região Norte: 12,4%.

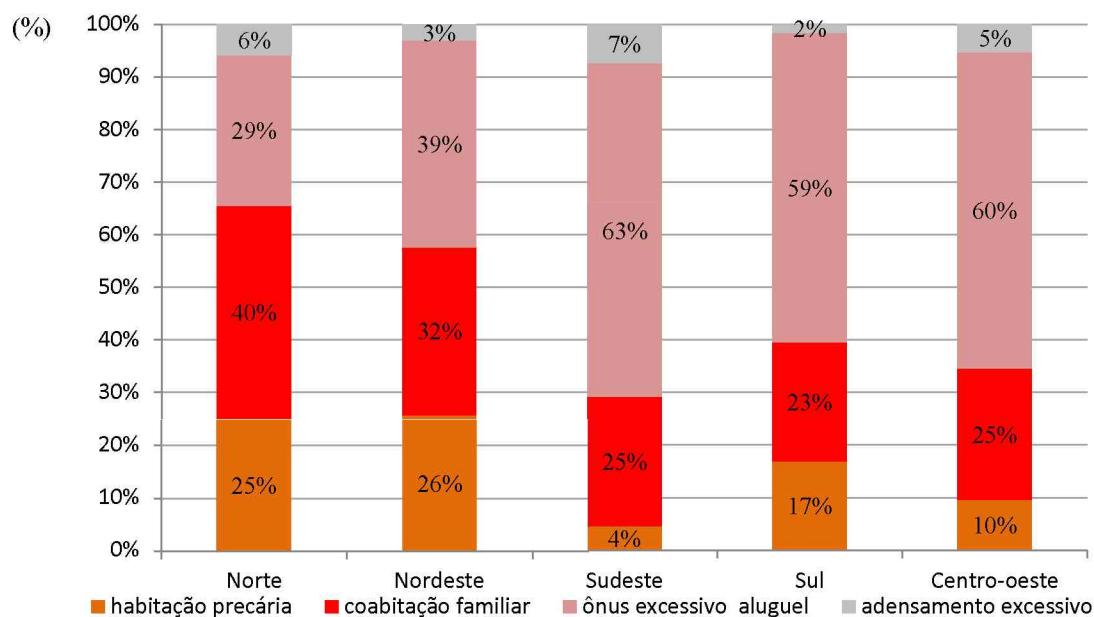
Entre as unidades da federação com maior déficit absoluto em 2015 destacam-se: São Paulo (1,306 milhão), Minas Gerais (552 mil), Bahia (451 mil), Rio de Janeiro (468 mil) e Maranhão (388 mil) (mapa 1). Além do elevado déficit absoluto, o estado do Maranhão tem o maior déficit relativo entre as unidades da federação, 19%, embora este número venha diminuindo ao longo dos últimos anos. O déficit relativo também se mostra elevado em todos os estados da região Norte. O Rio Grande do Sul, situado na região Sul, apresentou o menor déficit relativo – 5,9% (tab. 2) (mapa 2).

Na composição do déficit habitacional brasileiro, em 2015, o ônus excessivo com aluguel é o item de maior peso, respondendo por 3,189 milhões de unidades ou 51,5% do déficit, seguido pela coabitação com 1,757 milhão de domicílios ou 28,4%, habitação precária com 927 mil unidades ou 14,9%, e adensamento excessivo em domicílios alugados com 314 mil domicílios ou 5,1% do total do déficit habitacional.

Entre as regiões, o ônus excessivo com aluguel atinge 63% na estrutura do déficit do Sudeste, 60 do Centro-Oeste e 59 do Sul. A coabitação apresenta a maior participação nas regiões Norte (40%) e Nordeste (32%). No Sul, o adensamento é o menor componente (2,0%), assim como nas regiões Nordeste (3%) e Centro-Oeste (5%). A parcela do adensamento no Sudeste corresponde 7%, a maior entre as regiões.

A habitação precária tem distribuição bastante diferenciada entre as regiões. Representa 26,0% do déficit no Nordeste, 25,0 no Norte, 17,0 no Sul. No Sudeste e 10 no Centro-Oeste. É o item de menor peso na composição do déficit (4%) (gráf. 1).

Gráfico 1: Composição do déficit habitacional, segundo regiões geográficas – Brasil – 2015



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI).

Tabela 1: Déficit habitacional total e relativo, por situação de domicílio, segundo regiões geográficas, Unidades da Federação e regiões metropolitanas (RM) – Brasil – 2015

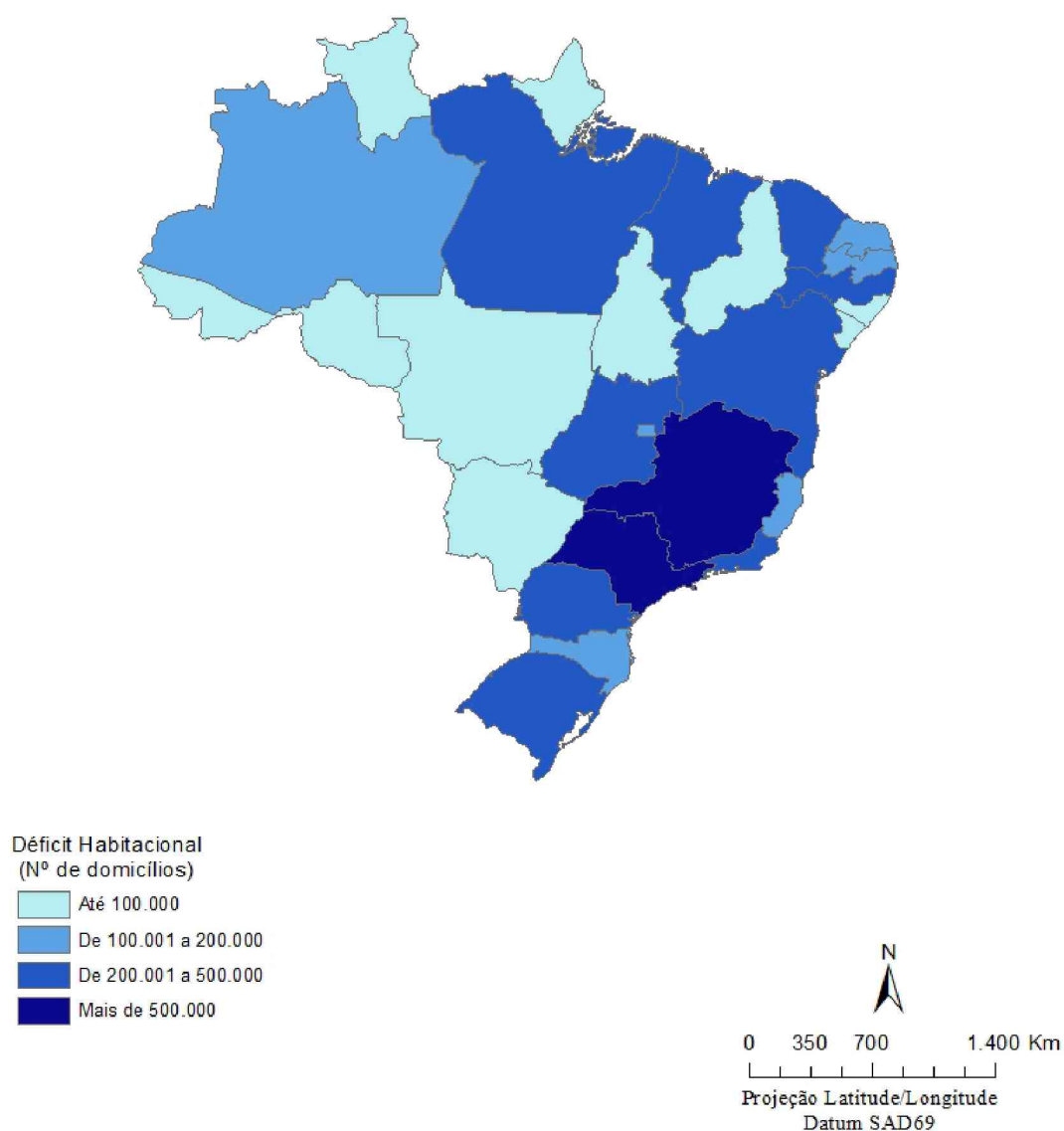
| Especificação            | Déficit habitacional |                |                  |                |
|--------------------------|----------------------|----------------|------------------|----------------|
|                          | Urbano               | Rural          | Total            | Total Relativo |
| <b>Norte</b>             | <b>488.729</b>       | <b>138.646</b> | <b>627.376</b>   | <b>12,4%</b>   |
| Rondônia                 | 44.312               | 4.594          | 48.906           | 8,5%           |
| Acre                     | 19.244               | 7.323          | 26.567           | 11,9%          |
| Amazonas                 | 131.895              | 15.965         | 147.860          | 14,1%          |
| Roraima                  | 19.862               | 2.015          | 21.877           | 14,0%          |
| Pará                     | 209.658              | 96.895         | 306.553          | 13,0%          |
| <i>RM Belém</i>          | <i>97.227</i>        | <i>2.393</i>   | <i>99.620</i>    | <i>15,1%</i>   |
| Amapá                    | 27.407               | 1.549          | 28.955           | 14,0%          |
| Tocantins                | 36.352               | 10.306         | 46.658           | 9,4%           |
| <b>Nordeste</b>          | <b>1.401.625</b>     | <b>522.709</b> | <b>1.924.333</b> | <b>10,9%</b>   |
| Maranhão                 | 167.987              | 220.911        | 388.898          | 19,9%          |
| Piauí                    | 66.695               | 27.213         | 93.907           | 9,9%           |
| Ceará                    | 222.504              | 78.248         | 300.752          | 10,8%          |
| <i>RM Fortaleza</i>      | <i>139.096</i>       | <i>2.873</i>   | <i>141.969</i>   | <i>12,3%</i>   |
| Rio Grande do Norte      | 97.414               | 15.893         | 113.308          | 10,5%          |
| Paraíba                  | 103.738              | 13.758         | 117.495          | 9,4%           |
| Pernambuco               | 242.005              | 44.885         | 286.890          | 9,8%           |
| <i>RM Recife</i>         | <i>127.980</i>       | <i>2.610</i>   | <i>130.590</i>   | <i>10,3%</i>   |
| Alagoas                  | 78.675               | 16.667         | 95.342           | 9,2%           |
| Sergipe                  | 62.492               | 13.368         | 75.860           | 12,1%          |
| Bahia                    | 360.115              | 91.766         | 451.881          | 9,1%           |
| <i>RM Salvador</i>       | <i>131.147</i>       | <i>2.177</i>   | <i>133.324</i>   | <i>9,8%</i>    |
| <b>Sudeste</b>           | <b>2.383.963</b>     | <b>46.373</b>  | <b>2.430.336</b> | <b>8,4%</b>    |
| Minas Gerais             | 518.471              | 33.575         | 552.046          | 8,0%           |
| <i>RM Belo Horizonte</i> | <i>152.606</i>       | <i>463</i>     | <i>153.069</i>   | <i>9,0%</i>    |
| Espírito Santo           | 101.381              | 2.250          | 103.631          | 7,8%           |
| Rio de Janeiro           | 466.489              | 1.803          | 468.292          | 7,9%           |
| <i>RM Rio de Janeiro</i> | <i>351.443</i>       | <i>0</i>       | <i>351.443</i>   | <i>8,0%</i>    |
| São Paulo                | 1.297.622            | 8.745          | 1.306.367        | 8,8%           |
| <i>RM São Paulo</i>      | <i>622.577</i>       | <i>1.076</i>   | <i>623.653</i>   | <i>8,9%</i>    |
| <b>Sul</b>               | <b>649.051</b>       | <b>48.585</b>  | <b>697.636</b>   | <b>7,0%</b>    |
| Paraná                   | 261.061              | 15.649         | 276.709          | 7,4%           |
| <i>RM Curitiba</i>       | <i>65.262</i>        | <i>4.492</i>   | <i>69.754</i>    | <i>6,0%</i>    |
| Santa Catarina           | 170.750              | 13.873         | 184.623          | 8,1%           |
| Rio Grande do Sul        | 217.240              | 19.064         | 236.304          | 5,9%           |
| <i>RM Porto Alegre</i>   | <i>91.888</i>        | <i>1.790</i>   | <i>93.678</i>    | <i>6,2%</i>    |
| <b>Centro-Oeste</b>      | <b>491.432</b>       | <b>15.390</b>  | <b>506.822</b>   | <b>9,8%</b>    |
| Mato Grosso do Sul       | 81.864               | 3.923          | 85.788           | 9,7%           |
| Mato Grosso              | 78.334               | 6.832          | 85.167           | 7,7%           |
| Goiás                    | 201.604              | 3.272          | 204.876          | 9,4%           |
| Distrito Federal         | 129.630              | 1.362          | 130.992          | 13,4%          |
| <b>Brasil</b>            | <b>5.414.800</b>     | <b>771.703</b> | <b>6.186.503</b> | <b>9,3%</b>    |
| <i>Total das RMs</i>     | <i>1.779.225</i>     | <i>17.873</i>  | <i>1.797.098</i> | <i>8,9%</i>    |
| Demais áreas             | 3.635.575            | 753.830        | 4.389.405        | 9,3%           |

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2015.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI).

Mapa 1: Déficit habitacional absoluto, segundo unidades da Federação – Brasil – 2015

2015



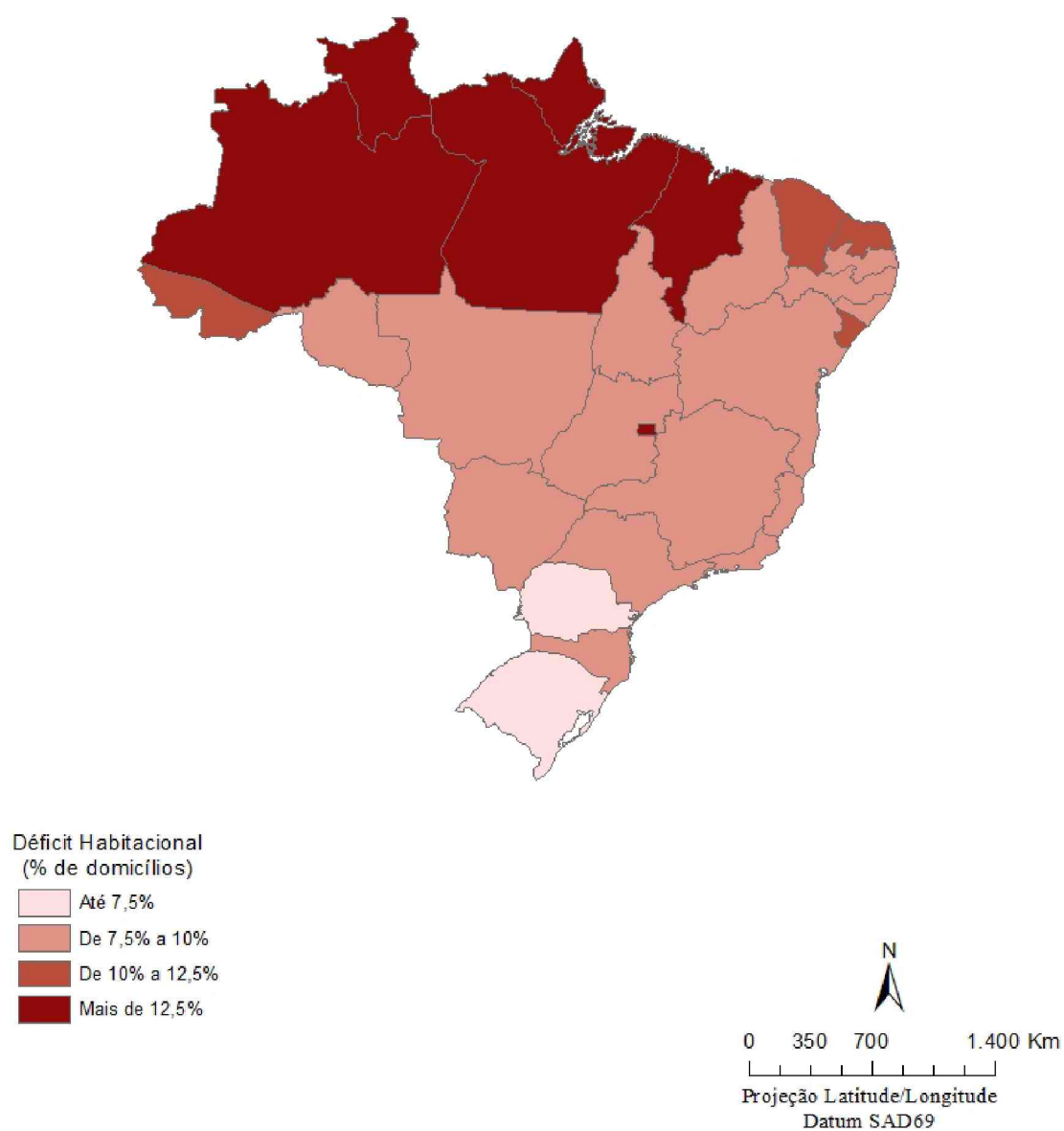
Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2015.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI).



Mapa 2: Déficit habitacional relativo, segundo unidades da federação – Brasil – 2015

2015



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2015.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI).

Tabela 2: Déficit habitacional por componente e percentual do déficit habitacional por componente, segundo regiões geográficas, Unidades da Federação e regiões metropolitanas (RM) – Brasil – 2015

| Especificação            | Componentes    |                  |                  |                |                                          |              |              |             |
|--------------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------------------------------|--------------|--------------|-------------|
|                          | Total          |                  |                  |                | Em relação ao déficit habitacional total |              |              |             |
|                          | Precários      | Coabitação       | Ônus             | Adensamento    | Precários                                | Coabitação   | Ônus         | Adensamento |
| <b>Norte</b>             | <b>156.875</b> | <b>253.814</b>   | <b>179.586</b>   | <b>37.101</b>  | <b>25,0%</b>                             | <b>40,5%</b> | <b>28,6%</b> | <b>5,9%</b> |
| Rondônia                 | 15.402         | 7.297            | 22.966           | 3.241          | 31,5%                                    | 14,9%        | 47,0%        | 6,6%        |
| Acre                     | 1.926          | 16.232           | 7.183            | 1226           | 7,2%                                     | 61,1%        | 27,0%        | 4,6%        |
| Amazonas                 | 18.227         | 71.702           | 44.911           | 13.020         | 12,3%                                    | 48,5%        | 30,4%        | 8,8%        |
| Roraima                  | 5.162          | 6.181            | 8.674            | 1.860          | 23,6%                                    | 28,3%        | 39,6%        | 8,5%        |
| Pará                     | 98.607         | 126.577          | 68.239           | 13.130         | 32,2%                                    | 41,3%        | 22,3%        | 4,3%        |
| <i>RM Belém</i>          | 2.241          | 62.379           | 30.114           | 4.886          | 2,2%                                     | 62,6%        | 30,2%        | 4,9%        |
| Amapá                    | 2.103          | 17.654           | 7.359            | 1.839          | 7,3%                                     | 61,0%        | 25,4%        | 6,4%        |
| Tocantins                | 15.448         | 8.171            | 20.254           | 2785           | 33,1%                                    | 17,5%        | 43,4%        | 6,0%        |
| <b>Nordeste</b>          | <b>492.789</b> | <b>619.768</b>   | <b>754.200</b>   | <b>57.576</b>  | <b>25,6%</b>                             | <b>32,2%</b> | <b>39,2%</b> | <b>3,0%</b> |
| Maranhão                 | 241.278        | 89.742           | 52.615           | 5.263          | 62,0%                                    | 23,1%        | 13,5%        | 1,4%        |
| Piauí                    | 23.075         | 50.570           | 17.448           | 2.814          | 24,6%                                    | 53,9%        | 18,6%        | 3,0%        |
| Ceará                    | 71.798         | 72.100           | 142.449          | 14.405         | 23,9%                                    | 24,0%        | 47,4%        | 4,8%        |
| <i>RM Fortaleza</i>      | 11.674         | 37.236           | 85.985           | 7.074          | 8,2%                                     | 26,2%        | 60,6%        | 5,0%        |
| Rio Grande do Norte      | 9.890          | 44.084           | 52.270           | 7.064          | 8,7%                                     | 38,9%        | 46,1%        | 6,2%        |
| Paraíba                  | 11.637         | 41.862           | 62.057           | 1.939          | 9,9%                                     | 35,6%        | 52,8%        | 1,7%        |
| Pernambuco               | 33.857         | 77.401           | 163.158          | 12.474         | 11,8%                                    | 27,0%        | 56,9%        | 4,3%        |
| <i>RM Recife</i>         | 3.854          | 41.115           | 83.145           | 2.476          | 3,0%                                     | 31,5%        | 63,7%        | 1,9%        |
| Alagoas                  | 12.583         | 31.792           | 47.192           | 3.775          | 13,2%                                    | 33,3%        | 49,5%        | 4,0%        |
| Sergipe                  | 6.599          | 27.829           | 38.866           | 2.566          | 8,7%                                     | 36,7%        | 51,2%        | 3,4%        |
| Bahia                    | 82.072         | 184.388          | 178.145          | 7.276          | 18,2%                                    | 40,8%        | 39,4%        | 1,6%        |
| <i>RM Salvador</i>       | 6.047          | 50.004           | 73.913           | 3.360          | 4,5%                                     | 37,5%        | 55,4%        | 2,5%        |
| <b>Sudeste</b>           | <b>109.292</b> | <b>599.895</b>   | <b>1.540.013</b> | <b>181.136</b> | <b>4,5%</b>                              | <b>24,7%</b> | <b>63,4%</b> | <b>7,5%</b> |
| Minas Gerais             | 16.925         | 189.132          | 331.436          | 14.553         | 3,1%                                     | 34,3%        | 60,0%        | 2,6%        |
| <i>RM Belo Horizonte</i> | 4.537          | 56.502           | 88.317           | 3.713          | 3,0%                                     | 36,9%        | 57,7%        | 2,4%        |
| Espírito Santo           | 6.595          | 20.270           | 70.168           | 6.598          | 6,4%                                     | 19,6%        | 67,7%        | 6,4%        |
| Rio de Janeiro           | 12.820         | 96.937           | 326.049          | 32.486         | 2,7%                                     | 20,7%        | 69,6%        | 6,9%        |
| <i>RM Rio de Janeiro</i> | 9.531          | 82.705           | 229.352          | 29.855         | 2,7%                                     | 23,5%        | 65,3%        | 8,5%        |
| São Paulo                | 72.952         | 293.556          | 812.360          | 127.499        | 5,6%                                     | 22,5%        | 62,2%        | 9,8%        |
| <i>RM São Paulo</i>      | 24.734         | 135.485          | 379.559          | 83.875         | 4,0%                                     | 21,7%        | 60,9%        | 13,4%       |
| <b>Sul</b>               | <b>117.610</b> | <b>157.854</b>   | <b>410.451</b>   | <b>11.721</b>  | <b>16,9%</b>                             | <b>22,6%</b> | <b>58,8%</b> | <b>1,7%</b> |
| Paraná                   | 35.515         | 51.061           | 183.124          | 7.009          | 12,8%                                    | 18,5%        | 66,2%        | 2,5%        |
| <i>RM Curitiba</i>       | 12.005         | 10.684           | 46.104           | 961            | 17,2%                                    | 15,3%        | 66,1%        | 1,4%        |
| Santa Catarina           | 45.142         | 26.983           | 111.782          | 716            | 24,5%                                    | 14,6%        | 60,5%        | 0,4%        |
| Rio Grande do Sul        | 36.953         | 79.810           | 115.545          | 3.996          | 15,6%                                    | 33,8%        | 48,9%        | 1,7%        |
| <i>RM Porto Alegre</i>   | 15.680         | 27.424           | 48.046           | 2.528          | 16,7%                                    | 29,3%        | 51,3%        | 2,7%        |
| <b>Centro-Oeste</b>      | <b>48.246</b>  | <b>126.485</b>   | <b>304.809</b>   | <b>27.282</b>  | <b>9,5%</b>                              | <b>25,0%</b> | <b>60,1%</b> | <b>5,4%</b> |
| Mato Grosso do Sul       | 9.280          | 32.763           | 39.767           | 3.978          | 10,8%                                    | 38,2%        | 46,4%        | 4,6%        |
| Mato Grosso              | 10.074         | 17.736           | 48.161           | 9.196          | 11,8%                                    | 20,8%        | 56,5%        | 10,8%       |
| Goiás                    | 25.320         | 43.014           | 127.952          | 8.590          | 12,4%                                    | 21,0%        | 62,5%        | 4,2%        |
| Distrito Federal         | 3.572          | 32.973           | 88.929           | 5.518          | 2,7%                                     | 25,2%        | 67,9%        | 4,2%        |
| <b>Brasil</b>            | <b>924.812</b> | <b>1.757.816</b> | <b>3.189.059</b> | <b>314.816</b> | <b>14,9%</b>                             | <b>28,4%</b> | <b>51,5%</b> | <b>5,1%</b> |
| <i>Total das RMs</i>     | 90.303         | 503.532          | 1.064.535        | 138.728        | 5,0%                                     | 28,0%        | 59,2%        | 7,7%        |
| Demais áreas             | 834.509        | 1.254.284        | 2.124.524        | 176.088        | 19,0%                                    | 28,6%        | 48,4%        | 4,0%        |

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI).

---

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atualização dos resultados do déficit habitacional é instrumento fundamental para a tomada de decisões, a formulação e o monitoramento e avaliação das políticas públicas habitacionais nos diferentes níveis de governo.

A análise das primeiras estimativas do déficit habitacional no Brasil 2015 aponta para um aumento no déficit habitacional total e relativo em relação aos anos anteriores (2013 e 2014). Revela também que o peso relativo do componente ônus excessivo com aluguel na composição do déficit habitacional vem crescendo nos últimos anos, tendo superado a marca dos 50% em 2015.

---

## REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Belo Horizonte, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2008**. Belo Horizonte, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2009**. Belo Horizonte, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2011-2012**. Belo Horizonte, 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte, 2016.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro, 2016.

Disponível em: <

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default\\_sintese.shm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default_sintese.shm) > . Acesso em: julho 2017.

